

O PRESIDENTE NEGRO DE MONTEIRO LOBATO E OS LIMITES ENTRE A UTOPIA E A DISTOPIA EUGÊNICA

O PRESIDENTE NEGRO BY MONTEIRO LOBATO AND THE LIMITS BETWEEN THE EUGENIC UTOPIA AND DISTOPIA

Evanir Pavloski
Doutor em Letras
Universidade Estadual de Ponta Grossa
(evanir.pv@gmail.com)

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar a sociedade prospectiva figurada em *O presidente negro* (1926), único romance do autor brasileiro Monteiro Lobato. Nesta obra, descreve-se a sociedade estadunidense do ano 2228, na qual a eugenia foi, desde o século XX, adotada pelo Estado como um instrumento de organização social e de aperfeiçoamento genético humano, atendendo a uma perspectiva singular dos ideais de progresso herdados do século XIX. Ao longo da exposição desse espaço futurista, o desenvolvimento sociocultural brasileiro é recorrentemente mencionado de forma a estabelecer um efeito de contraste com a suposta evolução dos Estados Unidos. O caráter idealístico de uma descrição, em oposição ao tom depreciativo da outra, caracteriza as sociedades figuradas, respectivamente, como uma utopia e uma distopia social. Entretanto, certos elementos da narrativa e a ironia característica da dicção lobateana problematizam essa rígida distinção, o que demonstra que os limites entre os idílios e os pesadelos sociais são muito mais tênues do que parecem. Assim, pretendemos discutir na ficção de Lobato as formas pelas quais a eugenia serve de mecanismo de problematização da suposta essência positiva das figurações utópicas.

Palavras-chave: Utopia. Distopia. Eugenia. Monteiro Lobato.

ABSTRACT: This article aims at analyzing the prospective society depicted in *O presidente negro*, the only novel written by the Brazilian author Monteiro Lobato. In this narrative, there is a description of the American society in the year 2228 in which eugenics has been used by the government as a tool for both the societal organization and the human genetic improvement, process that meets a specific perspective on the progressive ideals inherited from the 19th century. Throughout the presentation of this futuristic place, the Brazilian sociocultural development is constantly mentioned in order to create a contrast with the American evolution. The idealistic nature of one description in opposition to the derogatory tone of another, characterizes to societies figured, respectively, as a social utopia and dystopia. However, certain narrative elements and Lobato's typical irony question this rigid distinction, which demonstrates how tenuous the boundaries between idles and social nightmares are far more tenuous than they seem. Hence, we intend to discuss in the Lobato's fiction the ways eugenics is used as a mechanism for questioning the supposed positive essence of utopian figurations.

Keywords: Utopia. Dystopia. Eugenics. Monteiro Lobato.

Introdução

Publicado na forma de folhetim entre setembro e outubro de 1926, **O presidente negro** foi o único romance escrito por Monteiro Lobato. Originalmente, a obra foi apresentada ao público com o título **O choque das raças**, mas a edição integral lançada pela Companhia Editora Nacional no mesmo ano, já trazia o título definitivo.

A ironia característica de Lobato é um dos elementos centrais nas discussões sobre os aspectos polêmicos de seu romance. A defesa da eugenia e da supremacia racial branca são argumentos do autor que podem ser relativizados a partir do tom satírico de sua dicção? Em outras palavras, Monteiro Lobato ironiza de maneira hábil os próprios discursos eugênicos e raciais por meio de uma sátira no modelo de *reductio ad absurdum*?

Ainda que instigante, o debate sobre os posicionamentos ideológicos do autor supostamente aparentes na obra será abordado neste artigo apenas com o intuito de subsidiar a discussão sobre o caráter utópico de suas projeções ficcionais.

Para tanto, desenvolveremos no próximo tópico uma breve preleção sobre os conceitos movidos de utopia e distopia. Com isso, pretendemos demonstrar que o autor participou ativamente de um processo contínuo de reflexão sobre ideais e modelos tanto sociais quanto humanos, que foi reativado pela multiplicidade de olhares característica da modernidade.

Utopia e Distopia

Desde que Thomas More apresentou, em 1516, o neologismo utopia em sua obra **Sobre o Melhor Estado de uma República que Existe na Nova Ilha Utopia**, diferentes áreas do pensamento contribuíram para a pluralização semântica e a sofisticação conceitual do termo. Por meio de seu potencial mimético e simbólico, a literatura contribuiu em grande medida para essas transformações, as quais se manifestaram predominantemente em dois planos de expressão e conteúdo: de um lado, a utopia enquanto forma genérica que recupera o caráter essencialmente descritivo de uma sociedade perfeita aos moldes da obra de More; e, de outro lado, o idealismo utópico como elemento intradieético dos textos, seja como descrição de espaço alternativo no universo ficcional, seja como forma de reflexão, projeto ou devaneio de personagens. O ponto comum entre os dois grupos de narrativas era o

processo de contraste da realidade empírica com o idílio figurado, o que possibilitava um fortalecimento da crítica social na dimensão retórica dos textos.

Afirma-se que, a menos que possamos conceber algo perfeito, não podemos entender o que significa a imperfeição. Se, digamos, nos queixarmos de nossa condição aqui na terra apontando para o conflito, a miséria, a crueldade, o vício – “as desgraças, loucuras e crimes da humanidade” – se, em suma, afirmarmos quer nosso estado está longe da perfeição, isso só se torna inteligível pela comparação com um mundo mais perfeito; é pela avaliação do hiato entre os dois que podemos avaliar a extensão daquilo que falta a nosso mundo. E o que lhe falta? A ideia daquilo que falta é a ideia de um estado de perfeição. Acredito que seja isto o que subjaz ao pensamento utópico e, na verdade, a grande parte do pensamento ocidental como um todo; de fato, parece estar no centro desse pensamento, de Pitágoras e Platão em diante (BERLIN, 1991, p. 33-34).

Porém, já no século XVIII, determinadas críticas às matrizes autocráticas do utopismo começavam a tomar forma. Para pensadores como, por exemplo, Johann Gottfried Herder, as idiosincrasias que definem cada ser humano são, em grande parte, condicionadas por fatores histórico-culturais próprios de cada sociedade, constituindo formas de representação que, ainda que não completamente uniformes, delineiam o que chamaríamos de identidade cultural. Tal aspecto, aliado a uma narrativa mítica nacional, molda objetivos comuns que orientam os anseios de um povo e que se revelam peculiares quando comparados àqueles de outras comunidades.

[...] só as ciências naturais abstraem o que é comum, generalizam. As relações humanas estão fundamentadas no reconhecimento da individualidade, que talvez não possa jamais ser exaustivamente descrita, e menos ainda analisada; portanto, o mesmo acontece com a compreensão das comunidades, das culturas, das épocas e do que elas se constituem, daquilo pelo que lutam, daquilo que sentem, sofrem e criam, de como se expressam, veem a si mesmas, pensam e agem (BERLIN, 1991, p. 43).

Ainda que presente em obras literárias do século XIX como, por exemplo, **Vril: O pode da raça futura** (1871) de Edward Bulwer-Lytton, essa crítica às figurações utópicas assume maior ênfase na primeira metade do século XX. Nesse período, autores como Jack London, Eugene Zamiatin, Aldous Huxley e George Orwell¹

¹ Referimo-nos respectivamente às obras **O tacão de ferro** (1908), **Nós** (1924), **Admirável mundo novo** (1932) e **1984** (1949).

descrevem espaços ficcionais que, devido ao autoritarismo radical que os caracterizam e lhes concedem estabilidade, satirizam os ideais de perfeição social defendidos por textos anteriores. Se, por um lado, as utopias questionam a realidade experimental por meio da descrição de um modelo social; as chamadas distopias, por outro lado, problematizam a idealização utópica por meio da figuração de uma sociedade totalitária como seu corolário.

Desde então, os que creem na possibilidade da perfeição social tendem a ser acusados por seus oponentes de tentarem impingir uma ordem artificial a uma humanidade relutante, de tentarem inserir, como se fossem tijolos, os seres humanos em uma estrutura preconcebida, de forçá-los em um leito de Procusto e de dissecá-los na busca de um esquema sustentado com fanatismo (BERLIN, 1991, p. 48-49).

Não obstante, o distanciamento ético entre as utopias e distopias, ainda que aparentemente claro, merece uma análise mais cuidadosa. Diante do exposto, é pacífico afirmar que, em termos de liberdade individual, poucos aceitariam de bom grado habitar as sociedades controladoras de Zamiatin ou Huxley. Contudo, poucos também seriam aqueles que aspirariam a inclusão em comunidades como a de Tommaso Campanella em **A cidade do sol**, a de Francis Bacon em **A nova atlândida** ou a de Platão em **A república**. Como afirma Jerzy Szachi, “não seria de boa vontade, por exemplo, que entraríamos na **República** de Platão, onde os guardas controlavam entre outras coisas, como cortávamos o cabelo, como nos vestíamos, que danças dançávamos, que músicas escutávamos, que poemas líamos” (SZACHI, 1972, p. 112-113) [grifos do autor].

Entretanto, no que se concerne a estabilidade social, parte considerável de ambos os tipos de figuração apresentam aspectos semelhantes que, em certo ponto de vista, poderiam ser considerados positivos. Ainda que não haja plena liberdade individual, não há também nesses espaços ficcionais problemas como fome, miséria, desemprego ou criminalidade.

Nesse sentido, as utopias e as distopias discutem, a partir de propostas estéticas e retóricas distintas, os comprometimentos necessários para a consolidação de uma sociedade modelar. Em outros termos, a realização da utopia demanda sacrifícios compartilhados por todo o grupo social, o que pode, de acordo com a perspectiva assumida, caracterizá-la como uma distopia.

Por outro lado, a centralização do poder típica das distopias pode ser o resultado do que Aldous Huxley denominou de “vontade de ordem” na obra ensaística **Retorno ao Admirável mundo novo**, publicada em 1952. Segundo o autor, tal fenômeno seria caracterizado pela aprovação coletiva de mecanismos estatais de controle que, intervindo de maneira direta e autoritária na dinâmica das práticas sociais, proporcionaria uma existência mais segura e mais produtiva.

É na esfera social, no domínio da política e da economia, que a “Vontade de Ordem” se converte realmente em perigo. Aqui, a conversão teórica da ingovernável multiplicidade à unidade compreensiva transforma-se na redução prática da diversidade humana à uniformidade subumana, da liberdade à servidão. Em política, o equivalente de uma doutrina científica ou de um sistema filosófico plenamente desenvolvido é um sistema totalitário. Em economia, o equivalente a uma obra de arte criada com beleza é uma fábrica que funciona sem obstáculos, na qual os operários se encontram perfeitamente adaptados às máquinas. A Vontade de Ordem pode converter em tiranos os que aspiram simplesmente a desfazer a confusão. A beleza da boa ordenação é aplicada como justificação para o despotismo (HUXLEY, 2000, p. 45).

Além disso, é preciso enfatizar a questão da diversidade sociocultural e das idiosincrasias, já apontada por Herder no século XVIII. Em síntese, a realização da utopia de um determinado grupo social pode ser a concretização da distopia de outro grupo, que pode, inclusive, compartilhar do mesmo espaço territorial.

Tendo em vista o que foi exposto nesta breve seção, consideramos que a obra **O presidente negro** de Monteiro Lobato discute de maneira admirável os limites, muitas vezes imprecisos, entre os idílios e os pesadelos sociais. Neste artigo, abordaremos especificamente o discurso eugênico, um dos temas mais polêmicos do romance e um dos elementos mais importantes de relativização do utopismo na ficção do autor.

Eugenia: a genética entre a utopia e a distopia

O termo eugenia foi concebido no século XIX pelo antropólogo Francis Galton e nomeava uma área de estudos dedicada ao aprimoramento das qualidades genéticas das futuras gerações. Em sua obra **Hereditary talent and genius**, publicada em 1865, Galton afirmava que características humanas, como a inteligência e a inventividade eram hereditárias e não resultados da interação dos indivíduos com o meio. Ainda que predominantemente associados a questões raciais, os princípios

eugênicos poderiam, teoricamente, ser aplicados a uma ampla gama de variantes físicas e comportamentais, o que redundou em uma ênfase no potencial transformador das suas respectivas práticas.

Tendo em vista a miscigenação característica da população brasileira e a desigualdade que, supostamente, inscrevia a hereditariedade em classes econômicas específicas, a eugenia se tornou um discurso popular no início dos Novecentos, prestígio que se converteu em ações concretas que variaram desde as práticas sanitaristas até a regulamentação de processos imigratórios. Para a pesquisadora Maria Izilda Matos, a eugenia representava, para muitos, a recuperação da dignidade nacional. Segundo ela,

o discurso eugênico apresentava alguns pontos básicos para a regeneração social e moral dos cidadãos brasileiros: a luta contra a sífilis, vinculada a defesa da abstinência sexual antes do casamento, e a fidelidade conjugal como elementos saneadores da sociedade; combate à prostituição, ao álcool e às drogas; defesa da educação sexual e moralização dos costumes; o aperfeiçoamento de medidas legislativas de higiene pré-nupcial e regulamentação da imigração (MATOS, 2005, p. 57).

Especificamente no que se refere à coordenação dos fluxos imigratórios no país, houve, desde os meados do século XIX, um interesse governamental visível de “embranquecer” a população brasileira por meio da integração do europeu, processo que, de acordo com essa visão, inevitavelmente conduziria o Brasil o progresso humano e cultural.

a política imigrantista brasileira tratou de ‘promover o povoamento do território em áreas onde persistiam vazios demográficos, próximos às fronteiras internacionais ainda não inteiramente resolvidas, e de assentar trabalhadores brancos considerados mais eficientes e racialmente superiores aos negros e aos mestiços nacionais, meios considerados essenciais para formar uma economia moderna. O visconde de Abrantes considerava, em 1846, que os Estados alemães deveriam ser os viveiros de imigrantes para o Brasil (GOLIN, 2002, p. 45).

Essa distribuição programada das áreas de ocupação, cuja maior parte se localizava no sul do país, provocou uma aparente divisão étnico-racial que, desde então, foi apontada pelos defensores da eugenia como prova cabal da superioridade genética europeia sobre a mestiçagem brasileira.

Em **O presidente negro**, essa divisão do território nacional assume características separatistas no futuro apresentado na obra. O Brasil descrito pela personagem Miss Jane teria se desmembrado em dois países independentes, processo orientado pelas diferenças raciais e suas hipotéticas consequências para as economias regionais.

o Antigo Brasil cindira-se em dois países, um centralizador de toda a grandeza sul-americana, filho que era do imenso foco industrial surgido às margens do Paraná. Com cataratas gigantescas ao longo do seu curso, acabou esse fecundo Nilo da América transformado na espinha dorsal do país que em eficiência ocupava no mundo o lugar imediato aos Estados Unidos. O outro, uma republica tropical, agitava-se nas velhas convulsões políticas e filológicas. Discutiam sistemas de voto e a colocação dos pronomes da semimorta língua portuguesa. Os sociólogos viam nisso o reflexo do desequilíbrio sanguíneo consequente à fusão de quatro raças distintas, o branco, o negro, o vermelho e o amarelo, este ultimo predominante no vale do Amazonas (LOBATO, 1979, p. 77-78).

É notório o caráter utópico das figuras dos dois países formados a partir do território brasileiro: um deles, industrializado e evoluído à imagem dos Estados Unidos; e o outro, retrógrado e imerso em disputas políticas e lingüísticas. Neste caso, entretanto, o diferencial entre o espaço utópico e o distópico é, como observamos no trecho citado, a questão racial.

Em contrapartida, no quadro político internacional no romance, a evolução dos processos eugênicos foi extremamente bem sucedida nos Estados Unidos, o que culminou na sociedade eficiente e produtiva de 2228.

Já no início de sua descreve, Miss Jane estabelece uma diferenciação interessante entre os impulsos de transformação de americanos e latinos. Segundo ela, há um pragmatismo inerente aos projetos sociopolíticos nos Estados Unidos enquanto nos países de ascendência latina, incluindo as nações europeias, o desejo de mudança sempre desvanece nas brumas da utopia. Comportamentos tão contrários seriam resultantes, de acordo com a personagem, de predisposições genéticas transmitidas por meio do sangue ao longo dos séculos.

O idealismo dos americanos não é o idealismo latino que recebemos com o sangue. Possuem-no de forma especifica, própria, e de implantação impossível em povos não dotados do mesmo caráter racial. Possuem o idealismo orgânico. Nós temos o utópico. Veja a França. Estude a Convenção Francesa. Sessão permanente de utopismo furioso — e a resultar em que calamidades! Por quê? Porque

irrealizável, contrario á natureza humana. Veja agora a América. Em todos os grandes momentos da sua historia, sempre vencedor o idealismo orgânico, o idealismo pragmático, a programação das possibilidades que se ajeitam dentro da natureza humana (LOBATO, 1979, p. 47).

Para Miss Jane, questões biológicas e raciais são responsáveis pela separação entre o que ela denomina idealismo e utopia. À guisa de exemplificação, a personagem cita o industrial Henry Ford, visto como a encarnação “natural” do bom senso estadunidense e do espírito progressista. A personagem afirma, inclusive, que Ford representaria a gênese de uma forma de idealismo orgânico que teria influenciado diretamente o futuro dos Estados Unidos, tendo como corolário a sociedade vislumbrada pelo porviroscópio.

Por mais audacioso que nos pareça o pensamento de Henry Ford, que é ele senão o reflexo do mais elementar bom senso? [...] No entanto, tamanha é a crosta que nos recobre o bom senso natural que Ford nos parece um messias da Ideia Nova. [...] Ninguém melhor do que eu poderá dizer isto de Henry Ford, porquanto devassei o futuro e por toda parte vi reflexos do seu pensamento. É pois o melhor tipo atual do idealista orgânico. Sonha, mas sonha a realidade de amanhã (LOBATO, 1979, p. 47-48).

Neste ponto, é interessante perceber a semelhança de aspectos do futuro descrito pela senhorita Benson e o espaço ficcional de uma das distopias mais conhecidas do século XX: **Admirável mundo novo**, de Aldous Huxley. Publicada em 1932, a obra do escritor britânico figura prospectivamente um regime social autoritário no qual a ordem não é mantida pela repressão violenta, mas pela manipulação genética de seus membros. A eugenia, nesse caso, não é utilizada com o único propósito de homogeneizar uma raça ou um grupo específico considerado superior. O processo de fertilização *in vitro* descrito na obra permite a criação de castas que, de acordo com suas diferenças físicas e cognitivas, exercem atividades específicas na estrutura produtiva da sociedade.

Além disso, o sistema econômico da distopia de Huxley poderia ser caracterizado como o produto final de um racionalismo capitalista exacerbado, o que transforma a tecnologia, a produção em massa, o consumo irrefletido e a descartabilidade de tudo o que é fabricado (inclusive dos seres humanos) em símbolos máximos do regime. Nesse contexto, a figura de Henry Ford se torna mistificada e assume o lugar de Jesus Cristo como redentor e guia da humanidade

para novos tempos. A própria marcação do tempo passa a ser realizada por meio das abreviaturas A.F. (antes de Ford) e D.F. (depois de Ford).

É notória, portanto, a similitude entre os temas explorados por Monteiro Lobato em seu romance e aqueles discutidos por Huxley na década seguinte, o que, a nosso ver, reafirma a importância das reflexões do autor brasileiro sobre a aplicabilidade da eugenia e os resultados possíveis do idealismo progressista.

Na narrativa lobateana, Miss Jane não atribui aos recursos tecnológicos a primazia na formação da utopia eugênica. Em sua descrição, a personagem aponta, primeiramente, para uma matriz genética superior que, desde o período da colonização, singulariza a população estadunidense. Segundo ela, o povo americano foi formado a partir da emigração dos melhores espécimes humanos encontrados no continente europeu.

E o mundo americano não podia deixar de ser assim, senhor Ayrton, continuou ela. Note apenas: que é a América, senão a feliz zona que desde o início atraiu os elementos mais eugênicos das melhores raças europeias? Onde a força vital da raça branca, se não lá? Já a origem do americano entusiasma. Os primeiros colonos, quais foram eles? A gente do Mayflower, quem era ela? Homens de tal tempera, caracteres tão shakespearianos, que entre abjurar das convicções e emigrar para o deserto, para a terra vazia e selvagem onde tudo era inospitalidade e dureza, não vacilaram um segundo. Emigrar ainda hoje vale por alto expoente de audácia, de elevação do *tônus* vital. Deixar sua terra, seu lar, seus amigos, sua língua, cortar as raízes todas que desde a infância nos prendem ao solo pátrio, haverá maior heroísmo? Quem o faz é um forte, e só com esse fato já revela um belo índice de energia. Mas emigrar para o deserto, deixar a pátria pelo desconhecido, isto é formidável! (LOBATO, 1979, p. 48).

Essa exaltação da ascendência biológica do povo estadunidense recupera os argumentos de um texto emblemático do período imediatamente anterior à revolução americana. Escrito pelo imigrante francês Hector St. Jean de Crevecoeur em 1782, o texto “What is na American?” exalta a diversidade dos povos que formariam a nova nação e a coragem que inspirara os peregrinos europeus a se instalarem no chamado Novo Mundo. Não obstante a distância temporal, o ensaio se assemelha em diferentes pontos àqueles enaltecidos por Miss Jane.

Here individuals of all nations are melted into a new race of men, whose labours and posterity will one day cause great changes in the world. Americans are the western pilgrims, who are carrying along with them that great mass of arts, sciences, vigour, and industry which began long

since in the east; they will finish the great circle. The Americans were once scattered all over Europe; here they are incorporated into one of the finest systems of population which has ever appeared, and which will hereafter become distinct by the power of the different climates they inhabit. [...] The American is a new man, who acts upon new principles; he must therefore entertain new ideas, and form new opinion² (CREVECOEUR, 2016, s.p.).

Na ficção de Lobato, essa qualidade genética inata foi complementada pela seleção progressivamente mais rigorosa dos emigrantes que adentraram o território estadunidense. Segundo Miss Jane, o gênero humano naquela nação se inscreveu, conseqüentemente, em um processo evolutivo irrefreável, uma vez que os indivíduos considerados geneticamente superiores eram aceitos como cidadãos e o restante reconduzido para seus locais de origem.

Em uma determinada passagem, a personagem afirma, inclusive, que o destino dos países europeus seria o da submissão genética a raças asiáticas, uma vez que no velho continente os governos optaram por uma política que priorizava os direitos de classe e não a qualidade biológica. “Cada vez mais vai sendo a Europa drenada de seus melhores elementos — as suas mariposas, e a Europa acabará amarelada pela pigmentação mongólica. Isso vi eu já bem denunciado nos cortes feitos no século 25” (LOBATO, 1979, 48-49).

Entretanto, a violenta condução de escravos africanos para a América é reconhecida pela própria senhorita Benson como uma das principais falhas do progresso estadunidense. Diante dessa questão, o protagonista enaltece a miscigenação brasileira como uma solução pragmática e ainda mais racional do que a separação de raças estabelecida nos Estados Unidos.

Também aqui arrostamos com igual problema, mas a tempo acudimos com a solução pratica — e por isso penso que ainda somos mais pragmáticos do que os americanos. A nossa solução foi admirável. Dentro de cem ou duzentos anos terá desaparecido por completo o nosso negro em virtude de cruzamentos sucessivos com o branco. Não acha que fomos felicíssimos na nossa solução? (LOBATO, 1979, p. 49).

² Tradução livre: Aqui, indivíduos de todas as nações se misturam em uma nova raça de homens, cujos trabalhos e posteridade um dia causarão grandes mudanças no mundo. Os americanos são peregrinos do oeste que carregam com eles uma grande quantidade de arte, ciência, vigor e diligência, que começou há muito tempo no leste; eles concluirão o grande círculo. Os americanos estiveram espalhados por toda a Europa; aqui, eles se incorporaram a um dos melhores sistemas populacionais que já existiu e que, daqui em diante, será distinguido pelo poder dos diferentes climas nos quais eles habitam [...] O americano é um novo homem que age segundo novos princípios; ele deve, portanto, nutrir novas ideias e formar novas opiniões.

Apesar disso, Miss Jane reafirma a superioridade da lógica americana ao encontrar na divisão das raças uma saída para o problema. Segundo ela, a miscigenação é um processo que enfraquece os grupos raciais envolvidos e impõe uma inclusão que jamais será estável.

A nossa solução foi medíocre. Estragou as duas raças, fundindo-as. O negro perdeu as suas admiráveis qualidades físicas de selvagem e o branco sofreu a inevitável piora de caráter, conseqüente a todos os cruzamentos entre raças dispares. Caráter racial é uma cristalização que às lentas se vai operando através dos séculos. O cruzamento perturba essa cristalização, liquefá-la, torna-a instável. A nossa solução deu mau resultado (LOBATO, 1979, p. 49).

Nos Estados Unidos, por sua vez, a resolução da questão racial ocorreu paulatinamente e envolveu ações específicas. Em primeiro lugar, as recorrentes ondas imigratórias de europeus garantiu uma superioridade numérica dos brancos sobre os negros na proporção de seis para um, o que garantiu a preservação da qualidade genética da população considerada pura, a qual, por sua vez, deveria evitar qualquer tipo de contaminação de sua herança genética. O combate à mistura de raças com base em ideais eugênicos é um pressuposto de projeções utópicas desde **A república** de Platão, especificamente no mito das chamadas raças metálicas. Como salienta Teixeira Coelho,

Até a mistura entre os metais 'nobres' e 'baixos' deve ser evitada, porque da mescla surgirão a 'variação' e a 'absurda irregularidade', coisas que, segundo o projeto, não devem aparecer numa sociedade que se procura aperfeiçoar também através do controle da concepção, e não apenas da natalidade (COELHO, 1985, p. 37).

No romance **O presidente negro**, como veremos, o controle da concepção é uma fase seguinte da estruturação da utopia eugênica. Anteriormente a essa etapa, porém, os dirigentes estadunidenses ainda buscaram no continente europeu o fortalecimento da matriz biológica da nação. Quando o fluxo de entrada de estrangeiros arrefeceu, o governo assumiu a prática de "importar" tipos humanos eugenicamente desejáveis para que o equilíbrio numérico se mantivesse.

Em vez de entrada franca a quem quisesse vir localizar-se no país, organizou o governo americano em todas as nações do velho mundo um serviço de importação de valores humanos, consistente em atrair para lá a fina flor eugênica das melhores raças europeias. Já aliviada

do seu ouro em favor da América, viu-se a Europa também aliviada da sua elite (LOBATO, 1979, p. 52).

Quando o risco de superpovoamento do território foi percebido, as fronteiras americanas foram simplesmente fechadas. Porém, a própria eugenia se tornou um problema a ser contornado. A preocupação dos descendentes europeus em salvaguardar a distinção genética de seu povo fez com que a taxa de natalidade se reduzisse gradualmente até o ponto no qual foi superada pela dos negros. “Os brancos entraram a primar em qualidade, enquanto os negros persistiam em avultar em quantidade” (LOBATO, 1979, p. 52).

Diante disso, foram criados órgãos reguladores do crescimento demográfico que, apoiados nos postulados de cientistas e intelectuais adeptos da eugenia, criaram leis para a procriação humana e métodos funcionais para a seleção dos indivíduos. Essas normas atingiam diretamente a raça negra, mas ainda sem grande rigidez, tendo em vista a posição minoritária que o grupo ocupava. Não obstante, tal política restritiva impôs preceitos de aperfeiçoamento da espécie bastante severos, os quais extrapolavam a questão racial. Dentre eles, a recuperação e efetivação da famigerada lei espartana, segundo a qual crianças com deficiência ou má formação deveriam ser sacrificadas no momento do nascimento.

Entre cortar no início o fio da vida a uma posta de carne sem sombra de consciência e deixar que dela saia o ser consciente que vai vegetar anos e anos na horrível categoria dos "desgraçados", a crueldade está no segundo processo. A lei espartana reduziu praticamente a zero o número dos desgraçados por defeito físico (LOBATO, 1979, p. 53).

Como afirma a própria Miss Jane, restavam ainda os “desgraçados” por defeito mental. Ao mencionar essa categoria, a personagem não se refere unicamente às síndromes ou transtornos mentais, mas também a desvios de caráter e de comportamento. Para que esse grupo também fosse obliterado, promulgou-se uma lei denominada Código da raça que previa a esterilização de todos os indivíduos que nele se encaixassem. Com isso, o ideal de depuração eugênica se transformou em uma espécie de política de saúde pública e encurtou o caminho para a utopia eugênica. Os resultados desse processo são apresentados entusiasticamente pela senhorita Benson:

Só depois da aplicação de tais leis é que foi possível realizar o grandioso programa de seleção que já havia empolgado todos os espíritos. Desapareceram os peludos — os surdos-mudos, os aleijados, os loucos, os morféticos, os histéricos, os criminosos natos, os fanáticos, os gramáticos, os místicos, os retóricos, os vigaristas, os corruptores de donzelas, as prostitutas, a legião inteira de malformados no físico e no moral, causadores de todas as perturbações da sociedade humana (LOBATO, 1979, p. 53).

Como podemos notar, a utopia eugênica figurada na obra transforma a ordem e o progresso social em questões essencialmente biológicas. Os procedimentos adotados não objetivam apenas evitar características físicas vistas como deformidades, mas também erradicar personalidades e comportamentos indesejáveis. Nesse sentido, as noções de ética e moral, comumente tratadas como social e historicamente construídas, são entendidas como inerentes aos sujeitos, o que, por sua vez, converte a eugenia em teoria sociológica.

Destacamos, assim, um aspecto recorrente nas projeções utópicas desde a obra de Thomas More: a homogeneização dos indivíduos. Nesta tradição, apreende-se o postulado segundo o qual um modelo de cidadão subjaz a estruturação da sociedade utópica e que, para resguardar o equilíbrio e a harmonia do meio, a diversidade humana deve ser reduzida ou controlada. Podemos citar como exemplos a já citada obra **A cidade do sol** (1602) de Tommaso Campanella, na qual magistrados decidem, com base na aparência física, os casais autorizados a manterem relações sexuais. Em síntese, a edificação de um modelo de sociedade incorre, recorrentemente, na caracterização de um modelo de ser humano.

Apesar dos esforços para a determinação desse modelo nos Estados Unidos da ficção de Lobato, a densidade demográfica dos negros aumentou vertiginosamente, uma vez que o Ministério de Seleção Artificial não atuava de maneira tão rígida nessa classe. Com isso, as populações das duas raças se tornaram praticamente equivalentes após algumas décadas, criando um problema urgente a ser resolvido pelos administradores da utopia ainda em formação. Diante da complexidade da questão, duas possíveis respostas foram aventadas da parte de cada uma das raças envolvidas. A chamada “solução branca” consistia em expatriar em torno de cem milhões de negros para o vale do Amazonas no Brasil, região considerada propícia (pelos brancos, obviamente) para a constituição biológica desses indivíduos. Em contrapartida, a “solução negra” defendia a divisão do território estadunidense, o que

criaria uma fronteira entre norte e sul que não seria apenas política, mas essencialmente racial.

A disparidade entre as duas propostas exemplifica o caráter dual de todo projeto utópico, ou seja, o desejo de um determinado grupo social pode representar o terror de outro. Desvela-se, desse modo, o impulso totalizante que permeia em grande medida o utopismo: imaginativamente, a sociedade modelar é sempre construída sobre as bases de uma teoria monística, que desconsidera as particularidades dos indivíduos ou das coletividades envolvidas. Para que essa situação conflitante possa ser pacificada, os utopistas frequentemente descrevem em suas criações códigos legais bastante rígidos a serem seguidos por todos os cidadãos. A imposição de sua vigência e a prescrição de duras penalidades para seus transgressores sugere um tom autoritário que não foi ignorado pelos críticos da utopia no século XX.

Daí o protesto – e as antiutopias – de Aldous Huxley, Orwell ou Zamiatin (na Rússia do início da década de 1920), que pintam um quadro horripilante de uma sociedade sem atritos em que as diferenças entre os seres humanos são, tanto quanto possível, eliminadas, ou pelo menos reduzidas, e o padrão multicolorido dos vários temperamentos, inclinações e ideais humanos – em suma, o próprio fluxo da vida – é brutalmente reduzido à uniformidade, aprisionado em uma camisa de força social e política que fere e estrofia, terminando por esmagar os homens em nome de uma teoria monística, do sonho de uma ordem perfeita e estável (BERLIN, 1991, p. 48-49).

É importante salientar que a sociedade eugênica em **O presidente negro** é apresentada ainda em processo de consolidação. Esse recorte pode ser explicado especialmente por questões narrativas. Tradicionalmente, as utopias literárias apresentam uma dicção que se pauta na descrição organizacional e cultural dos espaços ficcionais. Conseqüentemente, a noção de conflito como elemento narratológico é muito reduzido ou quase nulo. Nessas obras, a caracterização de um estrangeiro ou um viajante como protagonista é um recurso comum para viabilizar de forma coerente a exposição detalhada do núcleo utópico. Monteiro Lobato, todavia, prefere concentrar sua narrativa nos conflitos que redundaram na utopia eugênica americana, cujo formato definitivo é, inclusive, omitido por causa da limitação do porviroscópio. Em síntese, Lobato, ao invés de discorrer sobre o resultado final da aplicação de um projeto de sociedade, concentra-se nos eventos que possibilitam tal desfecho. Com essa abordagem, os conflitos se destacam sobremaneira no plano geral da narrativa.

No romance, a disputa entre as duas raças adentra a esfera da política com o surgimento de um líder negro chamado Jim Roy, que consegue unir seus pares sob o mesmo discurso político-ideológico.

Jim Roy conseguira o milagre da associação integral da população negra sob a bandeira dum partido político cujas forças, coletadas por extensa cadeia de agentes distritais, vinham, como fios telefônicos, ter à estação central da sua chefia suprema. Sempre sabias e construtoras, suas instruções desciam com autoridade de dogmas sobre todas as células da Associação Negra (era o nome do partido) e as fazia moverem-se como puros autômatos. Esta abdicação, ou melhor, esta sujeição consciente e consentida de todas as vontades a uma vontade única aperfeiçoara-se de tal modo que no ano da tragédia a situação política dos Estados Unidos passou de fato a depender do líder negro (LOBATO, 1979, p. 56-57).

Neste trecho, destacamos dois aspectos importantes para a literatura utópica em geral e para a obra em específico.

Em primeiro lugar, a figura de um líder popular que conduz a sociedade para um futuro melhor é um motivo constante neste gênero literário. O filósofo-rei em Platão, o rei Utopus em Thomas More, o rei Saloma em Francis Bacon e, de certa forma, o Grande Irmão em George Orwell são exemplos dessa recorrência. Na obra de Lobato, a mitificação de Jim Roy e de sua autoridade remonta um processo de apagamento das individualidades em favor de ideais comuns, que encontram na imagem do líder a sua corporificação. Como a passagem acima ilustra, os sujeitos abdicam de suas escolhas para ganhar força e representatividade no pertencimento ao grupo. Em certo sentido, essa renúncia é também uma forma de homogeneização ideológica que pode ser percebida na visão totalizante dos utopistas.

Em segundo lugar, a dependência ao qual Miss Jane se refere não significa, a princípio, uma tomada efetiva de poder, mas ao direcionamento que Jim Roy daria aos seus correligionários no momento da eleição presidencial em 2228. Neste momento da história prospectiva americana, os eleitores estão divididos pela questão de gênero e não pelo tema racial. No século XXIII, os partidos Republicano e Democrata haviam sido unificados no chamado Partido Masculino que tinha como antagonista direto o Partido Feminino. No momento das respectivas eleições, o presidente Kerlog, em busca de reeleição, e a candidata Evelyn Astor partilhavam quase que igualmente os votos dos cidadãos brancos. Assim, os votos dos cidadãos negros, claramente orientados por Jim Roy, decidiriam o pleito.

É importante apontar que a disputa entre os partidos não se resume ao jogo de forças em termos políticos. Tanto Kerlog quanto Evelyn Astor simbolizam identidades de gênero que, por meio das eleições presidenciais, objetivam demonstrar a sua superioridade ideológica e biológica. Ressaltamos que ambos os concorrentes se remetem a teorias evolucionistas para sustentar seus argumentos e suas propostas, o que evidencia novamente no romance a instrumentalização de estudos supostamente científicos no campo da sociologia e da política.

Contudo, como vimos, a vitória na corrida eleitoral depende da recomendação de Jim Roy aos seus eleitores partidários, a qual só é proferida no último momento possível do dia de votação. O líder da Associação Negra rompe as alianças previstas e instrui seus seguidores a votar nele mesmo, o que, com a divisão dos brancos entre os gêneros concorrentes, faz com que Jim Roy se torne o primeiro presidente negro da história americana. Obviamente, o resultado da apuração é recebido com perplexidade e desespero pelos outros partidos, que percebem no sucesso do estratagema político o marco inicial para uma nova utopia que ameaça a ambos.

Kerlog apalpou-se e beliscou as carnes a ver se dormia. Não era pesadelo, não. Era coisa pior — fato. E como a hipótese da eleição de um negro nem por sombra lhe houvesse passado pela ideia, o seu desnorteamento fez-se absoluto. [...] Chegou afinal a crise prevista há séculos e de maneira surpreendente. A hipótese que acaba de realizar-se creio que jamais passou pelo espírito de nenhum americano, branco ou preto. É obra exclusiva de Jim Roy e explica a paciência com que vem ele automatizando a massa negra. Mas o fato está consumado. É um desafio, uma luva lançada ao rosto da raça branca, á qual nos cumpre dar troco (LOBATO, 1979, p. 81-82).

A eleição de Jim Roy coloca os Estados Unidos muito próximos de uma espécie de reedição da guerra civil, na qual os exércitos não seriam mais distinguidos apenas pelos uniformes e bandeiras, mas pela cor da pele. Aviltados pela ação considerada traiçoeira do líder negro, os dois partidos da raça branca abandonam suas diferenças e se unem para combater o que consideram um inimigo comum. Em contrapartida, o ufanismo que toma conta dos negros chega a ponto de fomentar um discurso de supremacia que se assemelha àquele proferido pelos brancos durante séculos. “E a raça maior que o da mesquinha liberdade física, passou a sonhar o grande sonho branco da dominação...” (LOBATO, 1979, p. 85).

O choque entre as raças parece inevitavelmente fadado ao conflito belicoso. Ainda que neste ponto da narrativa de Lobato um desfecho semelhante pareça

irremediável, uma solução alternativa é encontrada pelo presidente Kerlog, a qual se baseia, ironicamente, na influência de discursos racistas tradicionais e em procedimentos de seleção artificial dos indivíduos.

Primeiramente, devemos considerar que o biótipo dos negros americanos em 2228 é bastante peculiar. De acordo com Miss Jane, a ausência de miscigenação fez com que a compleição física da raça se alterasse paulatinamente e de uma forma inusitada.

Dez anos antes começara a aparecer na cena americana um vulto de excepcional envergadura: Jim Roy, o negro de gênio. Tinha a figura atlética do senegalês dos nossos tempos, apesar da modificação craniana sofrida por influência do meio. Tal modificação o aproximava do tipo dos antigos aborígenes encontrados por Colombo. Era esse, aliás, o tipo predominante no país inteiro, e cada vez mais acentuado depois que a interrupção da corrente imigratória permitiu um evoluir étnico não perturbado por injeções estranhas. Até na tez levemente acobreada começava a transparecer nos americanos a misteriosa influência do ambiente geográfico (LOBATO, 1979, p. 55-56).

O processo apresentado em tons claramente deterministas pela senhorita Benson foi complementado por inovações técnico-científicas que permitiam que os negros, que assim desejassem, pudessem clarear a pele, aproximando-se do fenótipo caucasiano. No entanto, o resultado artificial desse branqueamento e a impossibilidade de modificar o tipo característico de cabelo provocam um aumento do preconceito.

A ciência havia resolvido o caso de cor pela destruição do pigmento [...] Mas nem eliminando com os recursos da ciência o característico essencial da raça deixavam os negros de ser negros na América. Antes agravavam a sua situação social, porque os brancos, orgulhosos da pureza étnica e do privilégio da cor branca ingênita, não lhes podiam perdoar aquela camuflagem *da despigmentação* (LOBATO, 1979, p. 56).

É significativo refletir sobre o interesse dos negros nesse processo de clareamento. A nosso ver, o sentimento de inferioridade insuflado durante séculos pelos discursos racistas provoca uma estigmatização das características físicas do grupo discriminado que não é compartilhado apenas pelos brancos. Uma parcela dos negros assume a perspectiva daqueles que depreciam seu biótipo e buscam na aproximação com a outra raça uma forma de integração. Essa aceitação de uma suposta inferioridade atávica tem um caráter que não é apenas físico, mas

essencialmente identitário. Como afirma Frantz Fanon em sua obra **Pele negra, máscaras brancas**:

O homem só é humano na medida em que ele quer se impor a um outro homem, a fim de ser reconhecido. Enquanto ele não é efetivamente reconhecido pelo outro, é este outro que permanece o tema de sua ação. É deste outro, do reconhecimento por este outro que dependem seu valor e sua realidade humana. É neste outro que se condensa o sentido de sua vida (FANTON, 2008, p. 180).

Em **O presidente negro**, a ciência torna aparentemente possível que esse reconhecimento do outro ocorra de forma pacífica pela modulação identitária dos traços físicos. Como demonstramos, todavia, o resultado é uma potencialização do preconceito.

Esse desejo por inclusão no modelo racial imposto é essencial para o triunfo do plano de reação desenvolvido por Kerlog. Após uma reunião da chamada Convenção Branca, decide-se pela extinção da raça negra nos Estados Unidos, ainda que a forma prática de levar a cabo tal procedimento não é definida. A solução pelo experiente inventor John Dudley, que percebe na estigmatização dos negros de suas próprias características físicas a oportunidade de uma reposta definitiva para a crise. Dudley descobre um tipo de irradiação, aparentemente inofensiva, que torna lisos os cabelos naturalmente crespos.

Os raios Omega, de sua descoberta, tinham a propriedade miraculosa de modificar o cabelo africano. Com três aplicações apenas o mais rebelde pixaim tornava-se não só liso, como ainda fino e sedoso como o cabelo do mais apurado tipo de branco. Os raios Omega influíam no folículo e destruíam nele a tendência de dar forma elíptica ao filamento capilar. Vencido este pendor para a forma elíptica, cessava o encarapinhamento, que não passa de mera consequência mecânica (LOBATO, 1979, p. 101).

A descoberta causa uma grande agitação dentre os negros, que culmina com uma procura maciça pela aplicação dos raios que, supostamente, colocariam fim na secular discriminação racial. Dois aspectos devem ser considerados a partir dessa idealização. Primeiramente, a noção de identidade do sujeito é diretamente associada a sua aparência física, o que é obviamente falacioso. Além disso, a homogeneização dos indivíduos como tema recorrente das figurações utópicas recebe novo destaque. Tratando-se de uma utopia centrada na teoria eugênica, não causa estranhamento

que os atributos físicos e biológicos tenham preeminência sobre questões culturais e ideológicas.

Como é de supor, imensa foi a repercussão da notícia. Cem milhões de criaturas reviravam para o céu os olhos agradecidos. [...] Reduzidas desse modo as duas características estigmatizantes da raça, o tipo africano melhorava a ponto de em numerosos casos provocar confusão com o ariano (LOBATO, 1979, p. 101-102).

Entretanto, a aparente utopia em formação esconde um artifício maquiavélico. Os raios Omega apresentam dupla função: ao mesmo tempo em que alisam os cabelos, eles esterilizam os pacientes. Uma vez que toda a população negra se submetera ao procedimento, o extermínio da raça havia sido determinado. Debilitados física e psicologicamente pelos efeitos colaterais do tratamento de irradiação, os negros não organizam maiores manifestações contra o plano executado pelo presidente Kerlog. Ao receber a notícia da esterilização de sua raça, Jim Roy se suicida.

Precisamente no momento em que o primeiro presidente negro subia ao poder nos Estados Unidos, a utopia de supremacia branca é concretizada. Como afirma causticamente a personagem Kerlog diante de Jim Roy, “Não ha moral entre raças, como não ha moral entre povos. Ha vitória ou derrota. Tua raça morreu, Jim... [...] Com a frieza implacável do Sangue que nada vê acima de si, o branco pôs um ponto final no negro da América” (LOBATO, 1979, p. 112).

À guisa de conclusão, no desfecho do romance a utopia de um grupo se consolida como a distopia de outros, ainda que tal consequência já possa ser percebida em diferentes momentos da obra. Diante desse aspecto fulcral da obra de Monteiro Lobato, podemos salientar a clareza do autor em demonstrar a linha sutil que separa modelos sociais de totalitarismos homogeneizadores. Ao se concretizar, a idealização utópica causa um congelamento radical da história, obliterando o dinamismo social e a diversidade humana em nome de uma teoria monística de equilíbrio e segurança.

Referências

BERLIN, I. **Limites da utopia: capítulos da história das ideias**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, 219 p.

CARVALHO, J. M. **Pontos e bordados – escritos de história política**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998, 457 p.

COELHO, T. **O que é utopia?** São Paulo: Brasiliense, 1985, 99 p.

CREVECOEUR, H. S. J. **“What is an American?”**, 2016. Disponível em: http://www.digitalhistory.uh.edu/disp_textbook.cfm?smtid=3&psid=3644. Acesso em: 07/03/2017

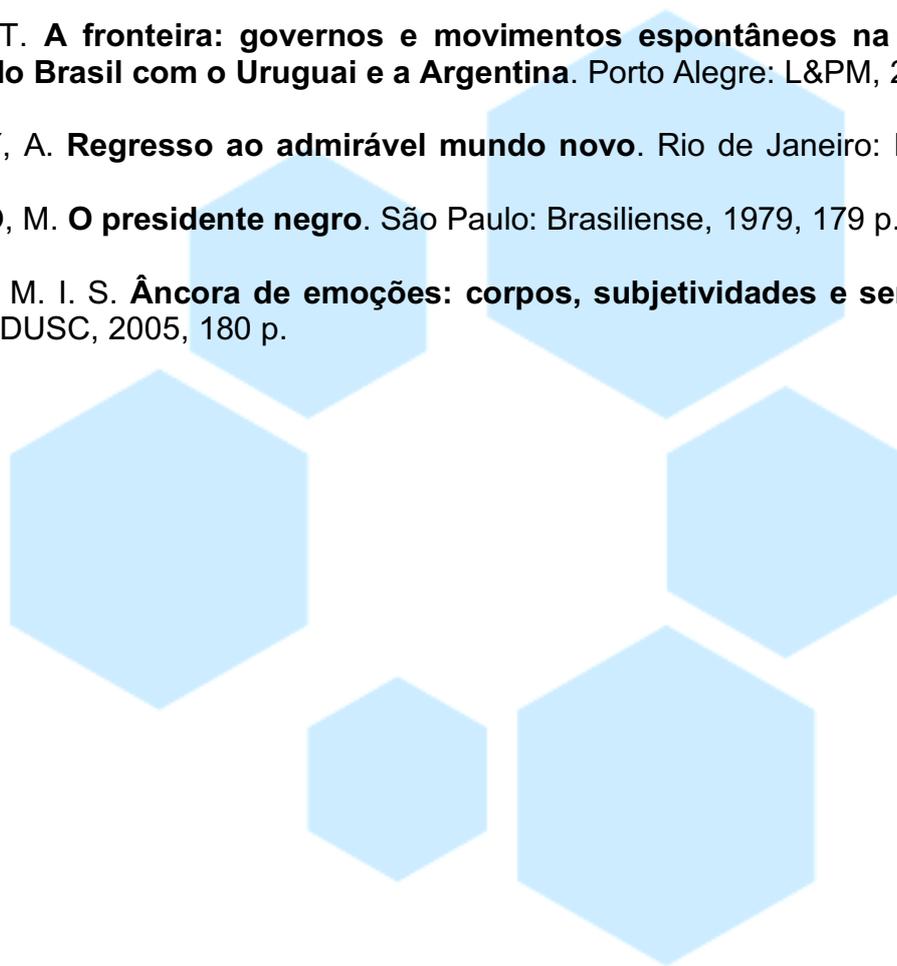
FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008, 194 p.

GOLIN, T. **A fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina**. Porto Alegre: L&PM, 2002, 400 p.

HUXLEY, A. **Regresso ao admirável mundo novo**. Rio de Janeiro: Itatiaia, 2000, 197 p.

LOBATO, M. **O presidente negro**. São Paulo: Brasiliense, 1979, 179 p.

MATOS, M. I. S. **Âncora de emoções: corpos, subjetividades e sensibilidades**. Bauru: EDUSC, 2005, 180 p.



Recebido em 02 de novembro de 2017
Aprovado em 01 de março de 2018